

# MPTC

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas  
Procuradoria Geral



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º Trimestre

2016



ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS  
Procuradoria-Geral

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

**Procurador-Geral**

Aderson Flores

**Procuradora-Geral Adjunta**

Cibelly Farias Caleffi

**Procurador**

Diogo Roberto Ringenberg

Diretoria-Geral de Contas Públicas  
Juliana Fritzen

Diretoria-Geral de Administração e Planejamento  
Antônio Altero Cajuella Filho

Internet: [http:// http://www.mptc.sc.gov.br](http://www.mptc.sc.gov.br)  
Rua Bulcão Viana, 90 - Centro  
Florianópolis/SC  
CEP 88020-160  
pgtc@mptc.sc.gov.br



## **1. INTRODUÇÃO**

Tendo em vista o compromisso do Ministério Público de Contas na fiscalização do uso do dinheiro público, consoante suas competências institucionais estabelecidas no art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000, apresenta-se este relatório de atividades, que descreve as principais ações realizadas e os resultados alcançados no 2º trimestre de 2016, destinando-se a todos os cidadãos com interesse no funcionamento deste Parquet.

## **2. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

O Ministério Público de Contas, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

É exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compete (art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000):

- promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário;
- comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à



matéria administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação por escrito nos processos de prestação e tomada de contas e nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- promover, junto à Procuradoria-Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da data do recebimento da documentação respectiva, as medidas previstas no art. 43, inciso II e art. 75 desta Lei, remetendo-lhes as peças processuais, com as orientações necessárias; e
- interpor os recursos permitidos em lei.

De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, sua estrutura organizacional compreende:

- Conselho de Procuradores;
- Corpo de Procuradores;
- Gabinete do Procurador-Geral;
- Direção Geral;
- Consultoria Técnica.

### **3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS**

#### **3.1 Sessões Plenárias**

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do Tribunal de Contas, reunindo-se ordinária e extraordinariamente.

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras.

Participação do MPTC nas sessões plenárias:



Procurador	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Total
Aderson Flores	3	5	8	16
Cibelly Farias Caleffi	5	4	2	11
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>27</b>

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

Total no 2º trimestre: 27 sessões plenárias.

### 3.2. Volume de trabalho

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são devidamente instruídos pelas Diretorias Técnicas e encaminhados ao MPTC, para emissão de parecer.

#### 3.2.1 Movimentação de processos

No 2º trimestre de 2016, foram recebidos 2.851 processos para elaboração de parecer ministerial, e foram elaborados, no mesmo período, 2.218 pareceres.

Os processos que tiveram saídas sem parecer foram aqueles que tramitaram a pedido, seja para fornecimento de cópias, vistas na sala dos advogados, solicitação pelos gabinetes de Conselheiro e Presidência.

Procurador	ABRIL/2016					
	Remanescentes do mês de março	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	197	221	12	215*	17	198
Cibelly Farias Caleffi	175	244	8	297**	10	120
Diogo Roberto Ringenberg	277	214	5	260***	3	233
<b>TOTAL</b>	649	679	25	772	30	551

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*180 pareceres em processos eletrônicos

\*\*173 pareceres em processos eletrônicos

\*\*\*177 pareceres em processos eletrônicos



Procurador	MAIO/2016					
	Remanescentes do mês de abril	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	198	294	20	267*	10	235
Cibelly Farias Caleffi	120	223	11	234**	12	108
Diogo Roberto Ringenberg	233	307	6	211***	6	329
<b>TOTAL</b>	551	824	37	712	28	672

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*195 pareceres em processos eletrônicos

\*\*183 pareceres em processos eletrônicos

\*\*\*190 pareceres em processos eletrônicos

Procurador	JUNHO/2016					
	Remanescentes do mês de maio	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	235	287	3	312*	6	207
Cibelly Farias Caleffi	108	130	9	117**	8	122
Diogo Roberto Ringenberg	329	276	21	305***	17	304
<b>TOTAL</b>	672	693	33	734	31	633

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*254 pareceres em processos eletrônicos

\*\*100 pareceres em processos eletrônicos

\*\*\*265 pareceres em processos eletrônicos

**3.2.2 Outras atividades desenvolvidas no trimestre**

Procurador	Recursos	Representações	Ofícios requisitórios	Procedimentos preparatórios	Notificações Recomendatórias	Outros	Total
Aderson Flores	-	1	1	5	-	1*	8
Cibelly Farias Caleffi	-	2	16	7	33	40	98
Diogo Roberto Ringenberg	7	5	45	25	48	12**	142
<b>TOTAL</b>	7	8	61	32	81	52	249

Fonte: Gabinetes dos Procuradores

\*Número correspondente a 1 informação prestada ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Balneário Piçarras.

\*\*Número correspondente a 7 termos de informação e 5 memorandos.

**3.2.3 Ofícios expedidos no trimestre**

Foram expedidos 204 ofícios:

Procurador	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Total
Aderson Flores	62	40	36	138
Cibelly Farias Caleffi	2	16	3	21
Diogo Roberto Ringenberg	5	10	30	45
<b>TOTAL</b>	69	66	69	204

Fonte: Gabinetes dos Procuradores e Setor de Protocolo e Diligência

**3.2.4 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobrança de débitos e multas**

No trimestre, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal Pleno, previstas no Regimento Interno do TCE/SC, arts. 64 e 65.



Ofícios	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Total
Encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado	18	23	18	59
Encaminhamento às Procuradorias municipais	5	11	23	39
Encaminhamento Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista	-	-	-	-
Total	23	34	41	98

Fonte: Setor de Ajuizamento e Setor de Protocolo e Diligência

Total no 2º trimestre: 98 ofícios expedidos.

#### 4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

##### 4.1 Informações prestadas aos cidadãos - Lei nº 12.527/2011

No trimestre, foram recebidos 25 pedidos de informações, sendo que o e-mail [pgtc@mptc.sc.gov.br](mailto:pgtc@mptc.sc.gov.br) foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem o MPTC.

E-mails: 18

Protocolo: 7

##### 4.2 Convênios e Acordos de Cooperação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
S/N	ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DE SÃO PAULO - ARISP	Viabilizar a utilização do Sistema de Ofício Eletrônico para pesquisa de bens imóveis e solicitação de certidões digitais.	Sem impacto financeiro	DOTC-e nº 1957, 7-6-2016
1214/2016	ACORDO DE COOPERAÇÃO	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC	Cessão do banco de dados da JUCESC a fim de subsidiar o desempenho das atividades institucionais do MPTC.	Sem impacto financeiro	DOE-SC nº 20.350, 29-7-2016

Fonte: Diretoria-Geral de Contas Públicas